



PODER

“Se tivesse tantas relações, não estaria de tornozeleira”

Dono do Master, Vercaro nega, em depoimento à PF, ter amigos poderosos na política e diz que, caso houvesse essa influência, o negócio com o BRB não teria sido barrado. Ele se recusa, porém, a dar nomes de parlamentares que frequentavam sua casa

» ROSANA HESSEL
» RAFAELA GONÇALVES

O dono do Banco Master, o banqueiro mineiro Daniel Vercaro, negou, em depoimento à Polícia Federal, ter relações políticas numerosas como vem sendo divulgado. Segundo ele, se assim fosse, o negócio com o Banco de Brasília (BRB) não seria sido barrado — o Banco Central impediu o negócio em setembro passado.

“Se eu tenho tantas relações políticas como estão dizendo, e se eu tivesse pedido ajuda desses políticos, eu não estaria com a operação do BRB negada, não estaria aqui de tornozeleira e não teria sido preso”, argumentou, na oitiva realizada em 30 de dezembro.

Ao ser questionado, porém, sobre quais políticos frequentavam sua casa, desconvorsou: “Pergunta se eu tenho alguns amigos de todos os poderes. Não consigo nominar aqui individualmente quem frequentava a minha casa. Também não vejo qual relação com o caso”.

Vercaro reconheceu que se reuniu algumas vezes com o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), para tratar da compra do Master pelo BRB. Mas destacou que o contato se deu exclusivamente por razões técnicas e institucionais. “Eu tive com o governador, sim, algumas vezes, porque ele era um controlador indireto, mas não teve nenhum tipo de questão tratada, nesse caso do BRB, que não fosse técnica”, afirmou.

Segundo ele, o negócio foi construído dentro dos parâmetros regulatórios e acompanhado pelo Banco Central, sem pedidos a parlamentares, secretários ou outras autoridades. “Não teve facilitação política. Nenhuma”, reforçou, ao sustentar que todas as decisões seguiram critérios técnicos e regulatórios.

Relação profissional

Na oitiva, Vercaro também afirmou que mantinha uma relação estritamente profissional com Paulo Henrique Costa, então presidente do BRB, construída ao longo de quase um ano de negociações anteriores ao caso da empresa Tirreno. Segundo ele, as tratativas faziam parte de uma rotina de negócios já estabelecida entre as instituições e não envolviam qualquer favorecimento. “A gente já vinha fazendo negócio há quase um ano, diversos negócios”, disse, ressaltando que as operações com a Tirreno “estavam na esteira”.

O depoente ainda negou alinhamento indevido ou facilitação nas decisões, afirmando

Divulgação



Vercaro: “Não consigo nominar aqui individualmente quem frequentava a minha casa. Também não vejo qual relação com o caso”

Trechos do depoimento

“O BRB era um banco que não estava dando resultado, era coerente com o banco de mercado, e, depois que a gente começa a fazer negócio ele, começa a dar resultados, porque o Banco Master estava com uma boa originação de produtos”

“Como eu disse, o Banco Central acompanhava diuturnamente o banco. Esse negócio da própria Tirreno, antes de iniciar, foi comentado com o Banco Central. Como cada passo que a gente tomava no banco, ele foi comentado com o Banco Central”

“Existia uma crise, não era de hoje, mas o Banco Master sempre foi solvente,

sempre teve muito mais ativo que passivo e sempre honrou todos os compromissos até o dia 17 de novembro”

“E essa crise de liquidez, há de se ressaltar, e está no próprio relatório do Banco Central, foi criada por duas coisas: por mudança de regulação com a pressão dos grandes bancos, que mudaram por duas vezes a regra do FGC, porque o mercado se julga dono do fundo que é criado justamente para criar competição no mercado. Essa mudança pressionou a captação do banco, porque todo o plano de negócio, desde 2018, que a gente entregou para o Banco Central, era baseado no FGC”
“O plano de negócios do Banco Master

era 100% fundamentado no FGC e não havia nada de errado nisso, essa era a regra do jogo”

“Se eu tenho tantas relações políticas como estão dizendo, e se eu tivesse pedido ajuda desses políticos, eu não estaria com a operação do BRB negada, não estaria aqui de tornozeleira e não teria sido preso”

“Eu estive com o governador, sim, algumas vezes, porque ele era um controlador indireto, mas não teve nenhum tipo de questão tratada, nesse caso do BRB, que não fosse técnica”

» FGC: pagamentos de R\$ 26 bilhões

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC), informou que, até o fim da tarde de ontem, foram pagos R\$ 26 bilhões em garantias a credores do conglomerado Master, o que representa 64% do montante a ser repassado para os 800 mil credores da instituição do banqueiro Daniel Vercaro, de R\$ 40,6 bilhões. Em termos de números de beneficiários da garantia, o FGC informou também que 521 mil credores já receberam os valores, correspondente a 65,12% do total de credores. Atualmente, estão sendo processados cerca de 2,8 mil pedidos por hora no aplicativo do FGC, segundo a instituição. Os valores para o pagamento respeitam um limite de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ. Os pagamentos tiveram início na tarde de sábado e se intensificaram desde então, após ajustes de parâmetros que permitiram ganhos de performance dos sistemas, de acordo com a nota.

desse dinheiro tenha sido enviada para o exterior. **(Leia mais sobre o BRB nas páginas 3 e 13).**

O banqueiro também negou a fraude de R\$ 12,2 bilhões apontada pela corporação nas investigações da Operação Compliance Zero. E culpou o Banco Central pela quebra do Master. “Realmente não existe ninguém que foi prejudicado. Realmente não existe uma fraude de R\$ 12 bilhões. Existe interesse por trás que fez com que a gente estivesse aqui”, afirmou.

Ele reconheceu que havia crise de liquidez no Master, mas não concordou com a questão da insolvência avaliada pelo BC. “O Banco Master sempre foi solvente, sempre teve muito mais ativo do que passivo e sempre honrou todos os compromissos até o dia 17 de novembro (de 2025)”, afirmou, em referência à véspera da liquidação pelo BC.

Ao comentar a acusação de Vercaro sobre o BC, o economista e ex-diretor do BC Alexandre Schwartzman foi enfático: “Quem quebrou o banco dele foi ele mesmo”, afirmou, citando as fraudes reveladas pela PF na Operação Compliance Zero.

Diretor do BC coloca registros à disposição

IAGO MAC CORD

O Banco Central informou, em nota divulgada ontem, que o diretor de Fiscalização, Ailton de Aquino, afirmou expressamente jamais ter recomendado ao Banco de Brasília (BRB) a aquisição de carteiras fraudulentas do Banco Master. O comunicado é uma reação a uma publicação do jornal *O Globo* de que Aquino pediu ao então presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, que adquirisse carteiras de crédito consignado do Master.

O BC enfatizou ainda que sua área de Supervisão monitora de forma permanente os riscos e atua na busca de soluções para eventuais problemas de liquidez

identificados em qualquer instituição financeira.

“Imbuído de seu compromisso com a transparência e cioso de suas responsabilidades como servidor público e como cidadão, o Diretor Ailton de Aquino coloca à disposição do Ministério Público Federal e da Polícia Federal suas informações bancárias, fiscais e os registros das conversas que realizou com o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, renunciando, para essa finalidade, ao sigilo sobre elas incidente”, destacou a nota.

Segundo o BC, a área de Supervisão identificou graves inconsistências em operações de cessão de carteiras de crédito realizadas pelo Banco Master para BRB,

apontando falhas relevantes na estrutura e na qualidade dos ativos negociados.

A autoridade monetária esclareceu que as apurações técnicas conduzidas sob a responsabilidade de de Aquino Santos constataram a “insubsistência” dos ativos envolvidos nas negociações, o que significa que os créditos vendidos pelo Master não possuíam lastro efetivo nem validade jurídica.

Gravidade

Diante da gravidade das irregularidades, o diretor submeteu à Diretoria Colegiada do BC a proposta de liquidação extrajudicial de todas as instituições que integram o

conglomerado Master. A identificação dos problemas levou o Banco Central a adotar uma série de medidas rigorosas, com o objetivo de preservar a estabilidade do sistema financeiro.

“Foi igualmente da área chefiada pelo Diretor Ailton de Aquino a iniciativa de promover a comunicação dos ilícitos criminais ao Ministério Público Federal, acompanhada de documentação comprobatória e criteriosas análises técnicas”, informou a autoridade monetária.

Para evitar que novas operações colocassem em risco a liquidez do BRB, a área de supervisão do Banco Central adotou uma ação preventiva de caráter regulatório em relação

à instituição. A autoridade monetária reforçou que o acompanhamento das condições de liquidez e das operações de compra de ativos entre bancos é uma atribuição legal do BC, com o objetivo de proteger depositantes e investidores e assegurar a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A nota também estabelece uma linha clara de responsabilidade técnica e jurídica. Pela legislação em vigor, cabe exclusivamente a cada instituição financeira — nesse caso, o BRB — a responsabilidade integral por avaliar a qualidade dos créditos que decide adquirir no mercado e por manter controles internos adequados para a gestão desses riscos.



O diretor Ailton de Aquino coloca à disposição do Ministério Público Federal e da Polícia Federal suas informações bancárias, fiscais e os registros das conversas que realizou com o ex-presidente do BRB”

Trecho da nota do BC